

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

A METAFÍSICA DA IMAGINAÇÃO REGIONAL E A NOÇÃO DE HARMONIA ASSENTADA NOS 'DIVINOS INSTITUTOS' DE LACTANCIUS

Nilson Cortez Crocia de Barros¹

¹Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. Departamento de Ciências Geográficas. E-mail: nccrocia@ufpe.br

Artigo recebido em 04/09/2019 e aceito em 25/11/2019

RESUMO

O artigo explora os contextos cognitivos de ordem teológica que ajudam a entender a Geografia Regional moderna. Esforça-se por expor as relações conceituais entre a tradição da teologia cristã e conceitos fundamentais na construção da Geografia Regional como disciplina de síntese. O material teológico é representado pela obra *Os Divinos Institutos*, escrita por Lucius Caecilius Firmianus Lactancius (260?-330?dC). Do ponto de vista da Geografia, são consideradas as características da Geografia Regional de síntese fixadas à época da institucionalização, período que compreende o fim do século XIX e começos do século XX. Esta Geografia Regional viria a receber críticas devastadoras partindo dos neopositivistas (sistemáticos) – a partir dos meados do século 20 – que viam a noção de Complexidade (Unicidade ou Síntese Regional) como obscura ou misteriosa.

Palavras chave: História da Geografia; Região; Geografia Regional.

THE METAPHYSICS OF REGIONAL IMAGINATION AND THE NOTION OF HARMONY BASED ON THE DIVINE INSTITUTES OF LACTANCIUS

ABSTRACT

The purpose of the present article is to explore the cognitive theological contexts that help to understand the modern Regional Geography as a discipline of synthesis. The theological material is represented by The Book I Chapter 3-6 of *The Divine Institutes*, by Lucius Caecilius Firmianus Lactancius (260?-330? dC). The conceptual and methodological character of the Regional Geography – as a discipline of synthesis guided by the symphonic metaphor – in the late 19 and early 20st century is exposed and, in the follow, it is showed how both intellectual experiences overlap.

Keywords: History of Geography; Region; Regional Geography.

Introdução

Entre os modernos, em diferentes áreas do conhecimento, houve os que tentaram se distanciar historicamente das fontes filosóficas e cristãs clássicas. Ostentando evolucionismo e mentalidade de militância de progresso, cuidaram de dissimular a presença ostensiva destas fontes recuadas nas suas formas de pensar. Intentaram estabelecer um muro, uma separação via cortina discursiva entre as suas ideias, cronocentricamente tidas por eles próprios como as mais evoluídas, e aquelas dos tempos clássicos ou da tradição greco-romana, o que inclui naturalmente o cristianismo.

A remoção dos Estudos Clássicos das agendas escolares e universitárias pela pedagogia moderna e prática se tornou norma disseminada ao longo de quase todo o século passado. Depois, vieram os tempos pós-Modernos, e a Modernidade teve que se haver com as desconstruções conceituais. Mas então e ainda, os entusiastas dos “novos” tempos entenderam estar havendo um novo episódio de progresso, uma nova aurora, digamos assim, no pensamento humano, por suposto, cumulativamente ascendente; mas era apenas o belo por do Sol da modernidade.

O presente trabalho se constitui num esforço historiográfico para explorar os contextos cognitivos de ordem teológica que nos ajudam a entender a edificação conceitual da Geografia Regional moderna. Nesta direção, o artigo empenha-se em identificar, explorar e expor as relações ou as superposições conceituais – ou paralelos – entre considerações conceituais no âmbito da tradição da teologia cristã, por um lado, e conceitos fundamentais dentro da experiência de construção da Geografia Regional como disciplina de síntese.

Do ponto de vista teológico, o material é representado por reflexões do Professor e Teólogo romano Lucius Lactancius que se encontram assentadas na sua obra *Os Divinos Institutos*; neste caso nos servimos da edição em língua Inglesa de 2015, por A. Roberts, Sir J. Donaldson e A. Coxe, reimpressa em 2018. Do ponto de vista da Geografia, são consideradas as características da Geografia Regional fixadas à época da institucionalização, período que compreende o fim do século XIX e começos do século XX. Esta Geografia Regional – entendida como a Geografia de síntese – passou a receber severas críticas partindo dos geógrafos com hábitos metodológicos sistemáticos, isto a partir dos meados do século 20, geógrafos que viam a Complexidade ou a Síntese Regional como difícil de tratar a nível racional

e que, as “regiões”, já estavam elas de fato se não já mortas, morrendo: “gastar nosso tempo regionalizando é o mesmo que caçar fantasmas” (KIMBLE, 1996, p.511-2).

1. Considerações historiográficas

1.1. Emergência da historiografia sistemática, estudos culturais e contextos.

Ao final dos anos de 1970, a historiografia da Geografia havia adquirido uma consistente conformação sistemática (LIVINGSTONE, 1979). Disto resultou que as preocupações teóricas e conceituais características do campo da história das ciências passaram a fazer parte rotineira do ambiente das reflexões dos que se propunham a contar a história da disciplina. O estilo historiográfico doutrinário foi por então arrefecendo, saindo de evidência, mesmo desaparecendo nas suas formas mais ostensivas, para dar lugar a análises ora mais radicalmente contextuais, ora mais mistas ou combinatórias, neste último caso contemplando, em doses variáveis, as apreciações epistemológicas e contextuais.

Identificam-se os denominados estudos culturais críticos da década de 1970 como estimuladores deste rápido processo de alteração no padrão da historiografia da Geografia. No Brasil, Machado em 1994 (2003, p.314) identificou este novo estilo de contar a formação da disciplina. A história da disciplina, em apresentações mais simplificadas, deixou de ser narrada como um processo natural, evolutivo, de aperfeiçoamento cumulativo e, no caso das peças historiográficas eruditas, as narrativas historiográficas foram se desvencilhando da paixão doutrinária (BARROS, 2006).

No passado, a historiografia doutrinária havia ora reforçado a tradição da Geografia Regional – como no célebre *The nature of Geography* de R. Hartshorne –, por um lado; ora havia suportado ou produzido, por outro lado, argumentos de promoção de “novas” geografias, de supostas mudanças na disciplina, estimulando “avanços”, “inovações” e, até revolução, como aconteceu no artigo de Fred K. Schaeffer (*Exceptionalism in Geography*), ele, o autor, oriundo da socialdemocracia sindical metalúrgica europeia (a esquerda) (SCHAEFFER, 1977).

A Geografia cooperou na modernização do mundo, contribuiu na destruição dos Espaços Geográficos tradicionais promovida pelos imperialismos, quanto a isto sendo realmente irrelevantes as filiações ideológicas dos seus praticantes dentro do espectro disponível. A Geografia Regional moderna – cujo produto símbolo foi a Monografia Regional – evidenciou-se funcional para os modelos de governança (variados modelos liberais, ou dirigistas/intervencionistas) exportados pelos Imperialismos para as suas periferias; a Geografia

disciplinou, civilizou ou domesticou as mentalidades territoriais de milhões de indivíduos em sucessivas gerações e descreveu as Paisagens ou Regiões clamando para que fossem reformadas, modificadas, revolucionadas, em suma, subjugadas à mudança e ao progresso (desenvolvidas) (BARROS, 2008).

O conceito de Região compôs a ideologia mandarim na Europa e no além-mar, como peça discursiva da religião cívica associada aos nacionalismos e aos regionalismos, duas crenças fervorosas ao longo dos séculos XIX e XX. O nacionalismo pode ser entendido francamente como um tipo de territorialismo/regionalismo, ainda que não raro superimposto e em colisão com o regionalismo convencional ou tradicional.

1.2.A Região Geográfica como um “Super Orgânico”.

A noção de Região Geográfica na sua concepção tradicional e de síntese desenvolvida ao final do século XIX e primeira metade do século XX envolve a ideia de que os fatos da Natureza e da Sociedade/Cultura transcendem os indivíduos, formando eles, amalgamados, uma Totalidade Harmônica que molda ou trama as ações humanas; a Região Geográfica aparece então equalizada a um pequeno Cosmos.

Ela, a noção de Região Geográfica, decorre do amplo e criativo entendimento que os geógrafos conferem ao Espaço Geográfico como conceito, este um assunto extensivamente tratado por Berdoulay (2012). Examinando trabalhos de O. Valverde e H. Sternberg, Gerd Kohlhepp identifica a presença da visão holística ou integradora da Geografia no estudo da Região; e acerca disto transcreve Sternberg: “O que a Geografia torna indispensável é...o pensamento holístico, quando enfoca a interface entre as sociedades humanas e o meio ambiente” (STERNBERG, 1998, p.XXIX, cit. por KOHLHEPP, 2015, p.42).

Carl Sauer, expoente da Geografia Cultural ou Humana, mesmo reconhecendo o papel e o valor central das Geografias Sistemáticas, doutrinava que a Geografia se preocupava com conjuntos, quer dizer, com Regiões ou Zonas culturais: “Sem a visão duma realidade regional como um todo interrelacionado existe apenas disciplinas específicas, parciais, não a Geografia” (SAUER, 1996, p.299-200). Zelinsky (1973, 40,41) viu o problema do mesmo modo, quer dizer, a Geografia preocupava-se com o nível da agregação complexa, com um suposto nível autônomo, com aquela Totalidade Regional entendida como maior que a soma de todas as suas partes constituintes, a Região como uma entidade que por si própria possuía processos e estrutura, ainda que afetada pelas circunstâncias fossem estas sociais ou naturais. Retornemos ao ponto de vista de Sauer; ele estranhava a opinião dos cientistas positivistas extremados: “qualquer coisa mística é abominável para alguns” (SAUER, 1996, p.311).

Sauer reconhecia haver algo além da ciência, um campo comum à estética, à alma, à ideia harmônica da Paisagem/Região, uma qualidade envolventemente sinfônica que emergia dos conhecimentos científicos mais atualizados e que, não obstante, diferenciava-se da ciência; uma qualidade de entendimento de nível superior que não poderia ser construída ou sistematizada por processos metodológicos formais (SAUER, 1996, p.311).

Explorada na sua dimensão transcendente, a Região Geográfica é imaginada de modo tal que ela se assemelha ou aparenta ser, ou melhor, ela é uma espécie de entidade metafísica; digamos, ela é algo Super Orgânico, algo ao mesmo tempo abordável de modo racional – quer dizer, passível da decomposição analítica dos seus fatores –, e também indefinível, um ser definitivamente claro-escuro. Apreciando assim a Região, imaginando-a deste modo, num desafio humano diante de tanta complexidade, há um pensador, o geógrafo armado com o Método Regional. Mas, polemizaram muitos, a Região assim pensada seria uma utopia cognitiva.

A dimensão regional assim conceptualizada, a partir da ideia do Complexo Harmônico, poderia ela mesma em si aludir a uma espécie de “destino” – a propósito, para usar termo mais moderno, “vocação” –, desvendável mediante o rigoroso estudo regional geográfico. Neste nível coletivo, ou nível Super Orgânico, ou nível Regional Geográfico (integrado, total), o individual ou qualquer geofator se submetia à Harmonia das Combinações entre os fatores físicos, biológicos e humanos, formando a Totalidade Regional singular (idiográfica) (BARROS, 2012).

Uma vez que este Super Orgânico se situaria para além do nível propriamente observacional das provas e das contraprovas das afirmações e hipóteses que viessem a ser feitas sobre ele com base nos fatos, os críticos sustentaram, com boa dose de sucesso, a opinião de que o Método Regional Geográfico remetia mais às questões da fé, das convicções políticas, da ideologia e das intencionalidades de poder do que à ciência positiva ou baseada nos fatos propriamente ditos.

Os críticos alegavam que a contaminação metafísica harmonizadora da noção de Região Geográfica reforçaria as visões fatalistas ou de destinos para as populações atreladas a certos quadros regionais de poder, uma população de indivíduos atomizados que passariam a ser ligados e identificados pelo conceito ideológico-político unificador e harmonizador da Região Geográfica. O pensamento regional assim caracterizado, ao harmonizar combinatoriamente os fatores a nível regional como uma rígida cadeia coletiva de interações, deixaria pouco espaço para a verbalização, para a visibilidade e para a comunicação dos contrastes/conflitos nos

interesses culturais, econômicos e sociais e nas características ambientais realmente existentes no espaço geográfico (DUNCAN, 1980, 189-191).

1.3. Associação epistemologia e contexto na historiografia.

A reconstrução das experiências do pensamento ou das ideias científicas envolve a possibilidade de manter dois focos principais de atenção, que são especificamente: em primeiro lugar, o foco sobre os textos/as ideias que estiverem sob estudo, no caso deste artigo as ideias da Geografia Regional; e, em segundo lugar, o foco sobre o contexto ou o meio ambiente no qual foram produzidas as ideias e as peças escritas. Materialistas históricos tenderam a valorizar este foco e a reduzir o contexto às condições do meio econômico-social, minimizando a ação dos contextos espirituais transcendentais. A propósito da influência do meio, desconfiado do que ele teria realmente a proporcionar em termos de arte, Monsieur Croche, personagem imaginário em textos filosóficos de Debussy sustentava que o meio tendia a estragar o artista: “ele corre o risco de se tornar apenas a expressão do seu meio” (DEBUSSY, 1989, p.53).

Dizendo-o de outro modo, o primeiro foco corresponde à abordagem epistemológica (metodológica/conceitual/temática) dos textos; quer dizer, o primeiro foco busca esclarecer, estabelecer juízos, sobre o caráter cognitivo dos textos no espectro de referência dos padrões da disciplina, enquanto o segundo foco representa a abordagem das circunstâncias ou das influências socioculturais que estariam impregnadas ou que seriam reconhecíveis nos produtos do pensamento (nos textos).

Contudo, o fato é que as duas perspectivas focais acabam por ser combinadas, uma vez que as ideias filosóficas e teológicas, justo pelo fato de serem ideias, de circularem e se difundirem como tais no tecido social, formam um ambiente ou contexto de aculturação – transcendente às condições econômico-sociais – que ajuda a forjar os estilos ou moldes cognitivos, a não ser que aceitemos o contrassenso de considerar as ideias religiosas, as estéticas, as políticas, por serem ideias, excluídas da categoria contexto ou circunstâncias do espírito.

1.4. Escolhas e julgamentos de valor.

Os fatos da história de uma ciência não falam por si sós, pois é o historiador da disciplina quem escolhe, seleciona, na ontologia da mesma, aquilo que ele deseja estudar. O historiador leva em consideração as suas preferências e a audiência que intenta atingir. Historiografia é um campo de ordem Moral, e não positivista natural.

Na história de uma disciplina, o historiador identifica os protagonistas entre vários outros possíveis profissionais; ele realça certos textos dentre vários, e assim, por escolha dele e

de outros, uns trabalhos se destinarão à evidência enquanto outros à obscuridade. Ele pratica a política que lhe interessa na história da disciplina, aponta os eventos associados que julga relevantes para a hermenêutica textual, hipervaloriza certo(s) texto(s) ou uma determinada fase da ontologia da disciplina e minimiza a importância d'outros textos ou d'outros momentos disciplinares.

Tudo acontece de acordo com os objetivos historiográficos que o historiador possua em mente; estes objetivos nem sempre são explícitos, às vezes são. Ele faz, em suma, como indivíduo, julgamentos de valor enquanto seleciona, a não ser que o historiador renuncie à investigação e às escolhas, e o seu trabalho se reduza ao papel de veículo de versões rotinizadas, convencionais e oficiais, como a historiografia dos manuais das “correntes” nacionais.

É evidente que o narrador do passado da disciplina garimpa textos e fatos para responder às questões que faz a si próprio, e é também evidente que ele não tem acesso a todos os fatos, e portanto se apega ao disponível. A historiografia pode evidenciar a disposição de suspensão de teses/hipóteses em relação às expectativas interpretativas rotineiras. Isto quer dizer que as narrativas habitualizadas, as interpretações, digamos, de “estimação” da historiografia em relação às experiências passadas da disciplina, não devem elas se sentir seguras e imperiais quanto às harmonizações que já produziram e divulgaram. Há versões historiográficas competitivas para uma mesma experiência cognitiva, metodológica ou episódio da construção da disciplina.

2. A Geografia e a herança greco-romana

A Geografia no panorama greco-romano confundia-se com os estudos da Natureza em geral – Ciências da Natureza –, inclusive da Natureza na sua dimensão astronômica, que foi justo o campo no qual o célebre geógrafo Cláudio Ptolomeu (100-178 dC) edificou a sua fama ao reunir, no seu grande trabalho *Almagest*, todo o conhecimento temático até então produzido pelos chamados *physikóis* gregos (TAGLIAFERRO, 1952). *Physikói* foi o termo empregado por Aristóteles para distinguir, identificar, os filósofos da Natureza, quer dizer, aqueles que não lidavam com as reflexões sobre as circunstâncias humanas, quer dizer, aquelas de ordem Moral.

Também responsável pela obra *Guia para a Geografia* – espécie de tabela de localizações –, Cláudio Ptolomeu foi, como se reconhece, protagonista na definição daquilo que depois veio a ser entendida como a Geografia pré-disciplinar, aquela que dominou até a Renascença e o Iluminismo. Quer dizer, aquela Geografia ainda não domesticada, não

institucionalizada, não disciplinarizada pela sociedade mecânica e de massas através da indústria dos serviços burocráticos educacionais modernos, de iniciativa pública ou privada, nos séculos XIX e XX.

Aristóteles, na sua classificação das ciências, posiciona as Ciências Naturais – aquela dos *phsikóis* –, a Teologia, a Filosofia e a Matemática sob a mesma denominação: Ciências Teóricas (MCKEON, 2001, p.xvii). As Ciências Teóricas estudariam as “leis necessárias”. Então, entender haver superposições, comunalidades, percolações de ideias entre ciência e religião não se trata de nenhuma novidade, estando a convicção obviamente assentada na tradição do pensamento ocidental.

Aproximadamente três gerações depois de C. Ptolomeu nasceu Lactancius, considerado o primeiro “grande” teólogo cristão. Enquanto refletia acerca do Fim do Mundo e do Juízo Universal, Lactancius produzia argumentos sobre a necessidade da conciliação entre as ideias da *Physis* e a convicção teológica que empenhadamente defendia da cósmica Unicidade de Deus e Harmonia Divina. No ambiente predominantemente politeísta no qual ele desencadeou a sua luta teológica, os mares, as terras e o vulcanismo, os ventos, as atividades humanas como o comércio, a agricultura, etc, cada uma destas dimensões ou condições da ecologia humana seria regida por deuses parciais, tópicos. Estas discussões teóricas estão assentadas na sua obra célebre antes mencionada.

As relações entre ciência e religião são vastamente reconhecidas, sendo lugar comum a consideração de que o cristianismo, a ciência & filosofia gregas e a estrutura político-administrativa-jurídica romana formam as três colunas-base da alma ocidental. Em seu estudo sobre o pensamento do *scholar* mandarim germânico – personagem que enfrentará as circunstâncias das transformações ou mudanças sociais acontecidas no ambiente universitário na passagem entre os séculos 19 e 20, à época da acelerada modernização –, Ringer identifica no Pietismo professado na Universidade de Halle as raízes religiosas da crença da Harmonia Sinfônica do mandarim acadêmico (RINGER, 1990). Gomes, por seu turno, entende serem as cosmografias em geral – a obra *Cosmos* de Humboldt um exemplo – seguidoras do plano de Possidônio da “física do mundo” (GOMES, 2017, p.91).

Ribeiro identifica o posicionamento epistemológico central da visão de Todo Complexo na proposta lablachiana (2012) e V. Berdoulay (2017, p.199-2004), em estudo sobre a experiência formativa da Geografia francófona moderna, reconhece ser aquilo que Vidal de La Blache denominou por “espírito geográfico” uma evidencia da influencia do pensamento

espiritualista – o neokantismo que se distancia do positivismo – na Geografia, perspectiva que postulava a supremacia das formas de pensamento, estas se impondo ao Universo.

A Harmonia Universal adviria das relações entre todas as coisas e se expressaria na Geografia pelos conceitos de Unidade Terrestre e Conexão Total entre os fatores/fenômenos, abordagem mediante a qual a Geografia justificava a si própria ante as outras ciências (solução de síntese).

3. Mitologia, Poetas, Filósofos e a Harmonia do Mundo.

Lucius Caecilius Firmianus Lactancius nasceu no Norte da África em 260, ou 250, ou 240, não se sabe ao certo, e faleceu na região da Gália em 330 ou 325, ou 320 d C, data também sobre a qual não se tem certezas.

Era a época em que as multidões acorriam ao Coliseu em Roma para assistir os cristãos serem devorados pelos leões; havia, portanto, bastante circo e diversões de sangue, enquanto o Império exibia a sua vasta e desorientadora decadência. Revoltas internas, desobediência civil, invasões de povos bárbaros, reflexões teológicas e filosóficas, e perseguições; tudo isto viu e viveu, e a isto reagiu intelectualmente, Lucius Lactancius.

Tendo sobrevivido às perseguições impostas aos cristãos pelo Imperador Diocleciano, período no qual por punição perde o cargo de Professor de Retórica, Lactancius veio enfim a ser resgatado ao reconhecimento estatal pelo Imperador Constantino I, do qual se tornou conselheiro e tutor do seu filho.

Constantino, que associa a casa imperial ao cristianismo sob o qual educa os filhos, põe fim às perseguições aos cristãos no Império. Propaga-se a liberdade religiosa, e o paganismo detém ainda grande poder; porém, numerosos abastados, famosos, remediados, anônimos e desvalidos crescentemente acorrem enchendo os templos do catolicismo, cuja frequência não mais gera o martírio, o sofrimento, mas sim o prestígio, a projeção para o poder e o galopar ágil na escada da acumulação de bens e do *status* social. O ambiente das ideias, a luta pelas almas, tudo se encontrava exageradamente controverso e competitivo; cerca de meio século após a morte de Lactancius, estando Roma já sob a tutela do Imperador Teodósio I, o cristianismo se tornará a religião oficial (FRANGIOTTI, 1997, p.12).

Sensível aos estímulos do novo ambiente que se forma, manejando a sua erudita formação intelectual, Lactancius encontrou espaço para se tornar o doutrinador sofisticado das crenças cristãs na esfera das chamadas Ciências Teóricas, atuando com eficácia na interlocução

com as classes cultivadas e poderosas do Império Romano, dialogando portanto com o coração da cultura Greco-Romana. Na sua obra *As Instituições Divinas*, Livro I (*Sobre a Adoração dos Falsos Deuses*), Capítulos III, IV, V e VI, Lactancius mobiliza um vasto espectro de “referências de autoridade” em defesa da Tese da Unicidade de Deus, ou do mundo visto como um Cosmos Harmônico criado e comandado pelo Pai ou Deus Único. Este é o seu diálogo teológico com a *Physis*.

Dizia-se, ironicamente, à época, contra a tese da Unicidade Harmônica, que o mundo era complicado demais para ter sido feito e se manter sendo governado por um só Deus ou um Deus sozinho. Entretanto, Lactancius colheu considerável sucesso no seu intento de convencer aos seus concidadãos romanos que “havia uma grande Providência preparada por uma grande Inteligência” (Livro I, Capítulo II), a julgar pelo êxito e reconhecimento teológico alcançado pelos seus escritos até os dias atuais.

A ideia do Cosmos ordenado, harmonizado, noção particularmente cara ao *physikói* e com a qual Lucius Lactancius lida, reconhece-se – ou se projeta para – no mundo moderno na imaginação planetária do Barão Humboldt (1769-1859), esta uma espécie de teologia laicizada, poética, cientificizada (GOMES, 2017, p.91). Observe-se que, no ano de 1946, quando se tentava reviver a tradição cultural germânica após a 2ª Guerra, Friedrich Meinecke – desejoso de reativar as fontes espirituais da nação da época pura de Goethe (1749-1832) do Sacro Império Romano Germânico – propunha a criação de pequenas sociedades locais inspiradas nas ideias e estilo intelectual deste maior representante do Romantismo; isto em todas as cidades da Alemanha, e cujos membros deveriam, quando possível, encontrarem-se nas igrejas, cultivar os clássicos e promoverem a boa música germânica (RINGER, 1990, p.443), esta considerada central na identidade alemã (POTTER, 2015).

A ideia de Cosmos veio a ser reconhecida no projeto da Imagem Regional Totalizante dos finais do século 19 e começos do século 20, por ocasião da institucionalização da disciplina. Isto acontece sob a égide da ideia da Interdisciplinaridade, no ambiente da doutrina acadêmica da Ortodoxia da Síntese e da Analogia Sinfônica, que teria caracterizado a *scholarship* germânica de antes da emergência do trabalhismo militante, do hiper positivismo e da sociedade de consumo e de massas (RINGER, 1990).

No contexto acadêmico do final do século 19, impregnado pela utopia espiritualista (*Geist*) do mandarim germânico, a Região como totalidade orgânica é imaginada como um pequeno mundo harmonizado e positivamente existente, e que caberia à Geografia descobrir este pequeno mundo à parte, identificá-lo e comunicar a sua existência singular/peculiar (*idios*,

Gr.), a sua personalidade integral, mediante a peça escrita denominada Monografia Regional (BARROS, 2016, 2018). O Método Regional não pressupunha verdades brotando puras dos fatos; mas “verdades regionais” edificadas pela tensão entre o exercício veemente da subjetividade observadora – quer dizer, da intencionalidade, da apreciação pessoal, da intuição, do instinto – e os fatos.

A questão da Região e das Paisagens – o Espaço Geográfico como teatro da vida humana – como expressão espiritual sempre circulou entre as Artes Plásticas, a Literatura e a Geografia. Edmund Gilbert, em seu artigo *British Regional Novelists and Geography*, afirma que “em muitos países os profetas da ideia de região” – fundindo a natureza com o espírito dos homens – “tem sido poetas e romancistas, sendo este especialmente o caso da Inglaterra...estes homens demonstraram méritos que os geógrafos podem reconhecer e desejar” (1972, p.116, 124). A literatura brasileira também exibe este caráter.

Mais tarde, na sua feroz cruzada modernista de religiosidade positivista em prol da laicidade em ciência, os neopositivistas vão entender a proposta da Totalidade Harmônica Regional como aceitação de uma entidade “mística”, e em consequência um conceito na rota de colisão com a ortodoxia positivista da suposta “revolução” teórica ou quantitativa na Geografia. Bem, esta revolução, filosoficamente, pode ser compreendida como superstição moderna num período em que a palavra revolução, não obstante de evocação sangrenta, desfrutava de prestígio entre os intelectuais ansiosos pelo progresso. De qualquer forma, a crítica considerava que uma Região devia ser mais eficientemente conhecida pelas vias analíticas, pois se ater ao complexo regional seria complicado demais para um estudioso, gerando afirmações superficiais, subjetivas, de vontade, e nunca verificáveis.

Retornemos a Lactancius. Para ele, o divino poder do Deus Único era Indivisível. Deus era o Todo, a Totalidade. A Mente Eterna Única havia criado e governava a Massa do Mundo, e neste Todo Harmonizado nada faltava e nada poderia ser adicionado. Então, não carecia existirem deuses parciais, limitados, suficientes apenas para criar e lidar com as partes: deuses parciais eram, portanto, logicamente desnecessários (Livro I, Cap.3). Os profetas, doutrinou Lactancius, em número elevado, haviam predito acontecimentos precisamente pelo fato de, inspirados, darem ouvidos aos comandos da Unicidade da Sabedoria (L.I, Cap.IV).

Contudo, contrariado e lamentando, Lactancius reconhece que os profetas estavam sendo vítimas de uma desacreditação generalizada junto à audiência cultivada romana perante a qual ele, Lactancius, intentava fazer-se ouvir. Diante disto, Lactâncius lança mão das opiniões mitológicas e reais de Poetas e Filósofos, personalidades reconhecidas e veneradas pela elite

romana, uma vez que seriam justamente estas personalidades que “costumam ser usadas contra nós”, os cristãos (L. I, Cap. V). Ironicamente, entretanto, segundo Lactancius, seria justamente “com o testemunho destes que mais se provaria a Unicidade Harmônica de Deus” (L. I, Cap. V).

Orpheu, na mitologia grega o mais antigo dos poetas, e que a tudo abrandava tocando a sua lira, e que a todos aconselhava mas não conseguia resolver os problemas de si próprio (orfismo), reconhecia “guiado pela natureza e pela razão que havia um poder de incomensurável grandeza que configurara o Céu e a Terra” (Livro I, Cap.V). Lactancius prossegue: “Ele não poderia dizer que Júpiter era o autor de todas as coisas, uma vez que ele teria nascido a partir de Saturno; mas não criado por Saturno, pois este foi originado do Céu. O Céu, por seu turno, seria apenas um elemento do Universo...então ele próprio teve um autor. Estas considerações o conduziram a chegar ao primeiro-deus-nascido, que ocuparia o primeiro lugar” (Livro I, Cap.V).

O mitológico Maro ou Maron, poeta e companheiro de Dionísio, fala do Deus Mais Alto, que denomina Espírito ou Mente: “O Céu, a Terra, tudo se nutre pelo Espírito...cuja chama brilha em cada partícula do Todo e o move...A Divindade envolve todas as terras, todos os mares e as profundidades do céu, o homem e todas as raças de bestas derivam suas vidas da Unicidade Divina” (transcrito por Lactancius, Livro I, Cap.V).

Hesíodo, que viveu em torno do século VIII aC, discutiu, segundo Lactancius, bem propriamente o problema da Unicidade de Deus. Hesíodo preocupou-se com a geração dos deuses, mas sustentava a opinião de que “o princípio não era Deus o Criador: era o Caos, a rude e confusa massa desorganizada de matéria, embora não explique de que fonte veio esta matéria em Caos, quando isto se deu, de que modo, em que condições começou o Caos a existir” (Livro I, Cap.V). Lactancius então argumenta que o Artífice que poria todas as coisas em Ordem e Harmonia na matéria desordenada era o Deus Único: “Quem mais poderia ser, senão Deus, a cujo poder todas as coisas são submetidas?”

Prosseguindo na sua argumentação de autoridade em torno do tema da Harmonia e Unicidade, Lactancius deixa para trás os Poetas, e busca então apoio nos Filósofos, uma vez que “a autoridade deles possui maior peso” (Livro I, Cap.V). Dá voz à opinião de Thales de Miletus, que teria afirmado serem as coisas todas formadas a partir da água e que Deus teria tudo feito a partir deste elemento (Água).

Pitágoras, segundo Lactancius, tinha Deus por uma alma regente e difusa por todo e qualquer elemento do Universo e que a vida derivava desta Alma Unificadora. E, para

Antístenes, embora as pessoas pudessem cada qual individualmente crer em diferentes deuses, o Deus de toda a Natureza, da Totalidade, era Uno. Depois de apoiar-se, em prol da crença na Totalidade Harmônica, na autoridade de Aristóteles – com a ressalva de que neste era comum encontrar opiniões contraditórias entre si –, na sabedoria de Platão, nas reflexões de Cícero, e nas cogitações de Sêneca, Lucius Lactancius parte para explorar as opiniões atribuídas a Hermes Trismegistus, sábio divinizado, referido abundantemente na literatura ao longo dos séculos como o Patrono da Alquimia para a terras da Arábia e Grécia, e fonte inspiradora para a primeira grande irrupção do pensamento alquímico no Ocidente, acontecida nos séculos V a VII (GILCHRIST, 1991).

Trimegistus afirmava a Unicidade Divina, a operação harmônica da Providência, e aditava que não haveria um nome específico para denominar o Deus único e auto existente. Lactancius o transcreve: “Deus é Um, e por assim Ser não carece nome” (Livro I, Cap.6). Note-se que jamais se poderá saber se Lactancius apoiou-se na mesma obra, *Corpus Hermeticum*, atribuída a Hermes Trimegistus e recuperada por um monge em torno de 1460, na Itália (GILCHRIST, 1991, p.92).

Considerações finais

A ideia de contexto ou abordagem contextual pode ser amplificada para abordar circunstâncias outras além das estritamente sociais e econômicas da tradição materialista. Os ambientes estéticos, filosóficos, institucionais, teológicos parecem eles da maior relevância para entender as experiências formativas das disciplinas modernas. Afortunadamente, a Geografia apresenta tradição de trabalhos que não foram meros produtos do meio.

A Geografia, na sua face Regional Moderna como ciência de síntese, preserva a subjetividade unificadora e a concepção de Cosmos harmonizado advinda no mínimo das fontes greco-romanas. A contenda que se desenvolveu modernamente entre o neopositivismo por um lado, e a Geografia Regional da escola da síntese por outro, com os positivistas rejeitando como obscura a noção de espírito regional unificador em prol do tratamento analítico observacional testador de hipóteses, pode ser vista como um eco desta importante e permanente questão cognitiva no campo do estudo e da investigação das experiências sociais humanas no Espaço Geográfico.

Referências Bibliográficas.

AGNEW, J.;LIVINGSTONE, D. & ROGERS, A. *Human Geography: an essential anthology*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

BARROS, N. A historiografia da Geografia e suas controvérsias: apreciação de um debate. *Revista Geográfica*, IPGH/México, n.139, p.83-102, 2006.

BARROS, N. Delgado de Carvalho e a Geografia no Brasil como arte da Educação Liberal. *Estudos Avançados*, São Paulo, n.62, p.317-334, 2008.

BARROS, N. O geral e o regional na História da Geografia. *Revista Geográfica*, IPGH/México, n.152, p.9-30, 2012.

BARROS, N. A modernização da Geografia como Ecologia Humana. In: ALMEIDA, M. & AZEVEDO, S. (Orgs.). *Diálogos socioambientais e perspectivas culturais*. P. Afonso: Editora da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana, 2016, p.18-37.

BARROS, N. O pensamento regional e a estrutura da Geografia: apreciação historiográfica. *Geografia*, Unesp/Rio Claro, v.43, n.2, p.350-356, 2018.

BERDOULAY, V. Espaço e Cultura. In: CASTRO, I, et al (Org.). *Olhares geográficos*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012, p.101-131.

BERDOULAY, V. *A escola francesa de Geografia: uma abordagem contextual*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017 (trad. O.B.Amorim Filho).

DEBUSSY, C. Conversa com o Sr. Croche. In: _____. *Monsieur Croche e outros ensaios sobre música*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p.49-53 (tradução de Rachel Ramallete)(publicado originalmente em 1901, in: La Revue Blanche).

DUNCAN, J. The Superorganic in the American Cultural Geography. *Annals of The Association of American Geographers*, vol.70, n.2, p.181-198, 1980.

FRANGIOTTI, R. Introdução. In: AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona (a.d.354-430). *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1997, p.9-16 (trad. Maria L. Amarante).

GILBERT, E. British regional novelists and Geography. In: *British pioneers in Geography*, London: David and Charles Ltd, 1972, p.116-127.

GILCHRIST, C. *The Elements of Alchemy*. Brisbane: Jacaranda Wiley Limited, 1991.

GOMES, P.C. Imago Mundi nas cosmografias renascentistas. In: ___. *Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017, pp.81-91.

LACTANCIUS (a.d.260-330). *The Divine Institutes*. Ed. By A. Roberts, Sir J. Donaldson & A. Coxe, Columbia SC, 2015.

KIMBLE, G. The inadequacy of the regional concept. In: AGNEW et al, *Human Geography...*, ob. cit., 1996, p. 492-512. (Orig. publicado em 1951).

KOHLHEPP, G. Pioneiros brasileiros nas pesquisas geográficas do desenvolvimento regional: Orlando Valverde e Hilgard O' Reilly Sternberg. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Universidade Regional de Blumenau, 3(1): 27-54, 2015.

LIVINGSTONE, D. Some methodological problems in the history of Geographical Thought. *Tijdschrift voor Econ. en Soc. Geografie*, 70, n.4, p.226-231, 1979.

MACHADO, L. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: In: CASTRO, I. ; CORREIA, R.; GOMES, P. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p.309-382.

MCKEON, R. (Ed.). *The basic works of Aristotle*. New York: The Modern Library, 2001.

POTTER, P. *A mais alemã das artes: musicologia e sociedade da Republica do Weimar ao fim da era nazista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015 (tradução Rainer Patriota).

PTOLEMY, C. The Almagest: I-V. In: HUTCHINS, R. (Ed.). *Great Books of The Western World*. Chicago: E. Britannica, 1952, v. 16, p.1-480.

RIBEIRO, G. Geografia Humana: fundamentos epistemológicos. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S.; RIBEIRO, G. *Vidal, vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012, p.23-40.

RINGER, F. *The decline of the German Mandarins: the German Academic Community, 1890-1933*. Hanover & London: University Press of New England, 1990.

SAUER, C. The morphology of landscape. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. & ROGERS, A. *Human Geography...* ob. cit., p.296-315.

SCHAEFFER, F. Excepcionalismo na Geografia. *Boletim de Geografia Teorética*, Unesp/Rio Claro, v.7, n.13, p.5-37, 1977. (pub. original in *Annals of The AAG*, 1953)

STERNBERG, H. *A Água e o Homem na Várzea do Carreiro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2 vol., 1998 (originalmente Tese de Concurso à Cátedra de Geografia do Brasil da UFRJ, década de 1950), cit. por G. Kohlhepp, 2015, ob.cit.

TAGLIAFERRO, R., Introduction and Notes. In: PTOLEMY, C. ob. cit, 1952, p.x e 1-3.

ZELINSKY, W. *The Cultural Geography of the United States*. Prentice Hall, 1973.